

ATA DA REUNIÃO

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO VICENTE REALIZADA, EM 09 DE JUNHO DE 2021.

Ao nono dia do mês de junho de 2021, através de reunião virtual na plataforma “zoom cloud meeting”, realizou-se reunião ordinária do CMAS, conforme registro de presença em instrumental próprio em anexo, para deliberar a seguinte pauta: **1.** Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Ordinárias de abril e maio de 2021; **2.** Deliberação acerca da reprogramação FMAS (Ofício de 24/05/2021 – SEAS); **3.** Atualização das comissões temáticas, em conformidade com o Regimento Interno do CMAS-SV, a saber: a) Comissão de Finanças e Orçamento. b) Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantias de Direitos. c) Comissão de Relações Inter-Institucionais. d) Comissão de Certificação; **4.** Apresentação à Plenária da documentação relacionada à execução do Serviço “Atendimento socioassistencial de 300 (trezentos) adolescentes e adultos, usuários do SUAS, acompanhados pelo Programa de Medidas Socioeducativas, PETI e PAEFI”, pela OSC Alfa e Ômega; **5.** Deliberação das alterações do Regimento Interno, cuja minuta foi apresentada pela Comissão Permanente de Análise do referido instrumento; **6.** Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Assistência Social; **7.** Comissão de Inscrição: revalidações e novos pedidos de inscrição; **8.** Assuntos gerais e informes: a) Utilização de Resolução Normativa para inscrição de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais: expedição de solicitação de CMDCA. b) Informe da solicitação da SEAS de documentos da prorrogação do mandato. c) Chamamentos públicos da Assistência Social, publicados no site da Prefeitura de São Vicente.

O presidente Sr. Felipe, inicia com o primeiro item da pauta, perguntando aos conselheiros se todos receberam as atas dos meses de abril e maio que foram encaminhadas por e-mail e, se tem alguma consideração a fazer em referente aos documentos? O vice presidente Sr. Kléber coloca que é necessária uma correção no cabeçalho das atas onde consta reunião “extraordinária” substituir por reunião “ordinária”. A primeira secretária Sra. Lilian informa que fará as devidas correções. Sra. Mary Hellen, representante da VIP, coloca que na lista de presença da reunião do mês de abril não consta seu nome, tendo participado da reunião, o vice presidente informa que fará a correção e reforça a importância dos participantes informarem os nomes e as instituições que representam por escrito no chat, facilitando assim a confecção da lista de presença. Sra. Tathiane, representante da SEDUC também informa que não participou da última reunião devido a ausência de comunicação. O presidente explica que algumas secretarias tiveram dificuldades em informar seus representantes, porém acredita que a partir desta reunião, essas questões de comunicação serão resolvidas. Na sequência as atas são colocadas para apreciação dos conselheiros, como não houve nenhuma manifestação contrária, as atas são aprovadas.

No segundo item da pauta referente a Deliberação acerca da reprogramação FMAS (Ofício de 24/05/2021 – SEAS), o ofício foi encaminhado por e-mail aos conselheiros e o presidente pergunta se existe alguma dúvida em relação ao ofício. O vice presidente coloca que ao ler o ofício não fica claro para qual finalidade serão

46 reprogramados os recursos e solicita aos representantes da SEAS um esclarecimento.
47 Sr. Felipe enquanto representante da SEAS no conselho realiza a apresentação
48 detalhada dos locais/serviços onde serão aplicados os recursos, explica que esse
49 trâmite não é tão simples, uma vez que a secretaria não pode simplesmente remanejar
50 o recurso de uma proteção para outra, até por orientação da DRADS os recursos
51 prioritariamente devem ser utilizados na mesma proteção. Então dentre os itens que a
52 secretaria priorizou para a reprogramação, estão os seguintes: **a.** Oferta de alimentação
53 e outros itens básicos e bens necessários que assegurem a população e evitem a
54 propagação da Covid-19; **b.** Pessoas com deficiência acolhidas (Residência Inclusiva),
55 visando o suporte também para as pessoas com deficiência que possam estar em outros
56 serviços de acolhimento; **c.** Crianças e jovens acolhidos, objetivando o suporte
57 financeiro nas questões mais específicas de cada serviço de acolhimento, por exemplo,
58 houve um problema na geladeira de um dos serviços, esse recurso vem para dar um
59 suporte financeiro para que seja resolvida a questão; **d.** Jovens egressos dos serviços
60 de acolhimento, por exemplo, investimento em uma república, para que esses jovens
61 ao completarem a maioria possam ter acompanhamento e um suporte para
62 organizarem suas vidas. Cabe ressaltar que este item já vem sendo trazido nas últimas
63 conferências municipais; **e.** População de rua acolhida, visando o suporte aos serviços
64 de acolhimento, uma vez que a população em situação de rua aumentou
65 consideravelmente durante a pandemia e também seu perfil se modificou; **f.** População
66 de Rua não institucionalizada, recurso para ofertar suporte a demanda que estão em
67 situação de rua, acompanhada pelo serviço público, porém não está inserida nos
68 serviços de acolhimento; **g.** Migrantes e /ou refugiados acolhidos, observada de forma
69 ainda contida uma crescente desta demanda no município de São Vicente, necessitando
70 de uma atenção em relação ao recurso; **h.** Migrantes e/ou refugiados não
71 institucionalizados, mesma justificativa anterior; **i.** Mulheres em situação de violência,
72 em virtude do aumento dos casos o município precisa dar uma atenção e um suporte
73 financeiro a esta demanda, por isso o destaque como prioridade; **j.** Pessoas idosas e **k.**
74 Outras famílias em situação de vulnerabilidade, completando as demandas destacadas
75 como prioritárias a serem atendidas na reprogramação dos recursos. Agora seguindo
76 para os saldos existentes nas contas em 30/04/21, Sr. Felipe explica que apesar do ano
77 administrativo encerrar-se em dezembro de 2020, no entendimento da DRADS e do
78 governo federal, o período de abrangência da reprogramação se dá a partir do momento
79 em que é expedido o ofício autorizando tal procedimento, que no caso foi no mês de
80 abril do presente ano. Diante do exposto, o saldo constante neste período dividido por
81 blocos ficaram: Bloco da Gestão do SUAS/COVIDACO – R\$ 12,65, Bloco da Gestão do
82 SUAS/COVIDALI – R\$ 272.498,92 e Bloco Da gestão do SUAS/COVIDEPI – R\$
83 88.527,77. Sr. Felipe explica ainda que o fato dos valores reprogramados serem baixos,
84 significa que houve o uso dos recursos, apesar de todos os obstáculos burocráticos que
85 acabam interferindo em sua utilização. Sra. Glaucia complementa explicando que como
86 pode ser observado o recursos reprogramados se referem a proteção especial, fazendo
87 parte desta proteção os seguintes serviços: CREAS (Insular e Continental), Centro POP,
88 e os serviços de acolhimento, sendo quatro de execução direta e os demais de
89 execução indireta (conveniados). Colocado à plenária para manifestação, o Sr. João faz
90 um questionamento sobre qual a tarefa do conselho diante a proposta apresentada pela
91 secretaria? Os conselheiros não precisam aprovar nenhum plano detalhado? Sra.
92 Glaucia explica que atualmente existe uma autonomia aos municípios quanto a
93 utilização dos recursos, claro que respeitando a proteção social ao qual pertenciam em

94 primeira instância, e que caso alguma demanda necessite de maior prioridade, tal fato
95 será justificado na apresentação da prestação de contas. Portanto, não havendo
96 nenhuma outra manifestação, considera-se aprovado o pedido de reprogramação dos
97 recursos pela SEAS. O vice presidente explica que posteriormente será publicada no
98 site da prefeitura municipal a resolução normativa que trata sobre a aprovação dos
99 recursos.

100 No terceiro item da pauta sobre atualização das comissões temáticas, o
101 presidente coloca que foram enviados e-mail's a todos os conselheiros informando
102 sobre as comissões para que estes possam escolher, porém até o momento só uma
103 conselheira respondeu. Cabe ressaltar que no regimento interno determina que todos
104 os conselheiros devem participar de pelo menos uma comissão. O vice presidente
105 propõe que aproveite a reunião para estabelecer a composição das comissões. O
106 presidente solicita que seja realizada uma chamada nominal seguindo a lista de
107 presença, onde cada conselheiro já manifesta em qual comissão irá participar. O vice
108 presidente solicita que seja dada uma atenção maior a Comissão Permanente para
109 Discussão da Situação da Política de Atenção as Pessoas em Situação de Rua no
110 Município de São Vicente , a qual foi formada nas últimas reuniões deste conselho e
111 seria importante tratar sobre as competências desta comissão; continua explicando que
112 atualmente o conselho tem cinco comissões permanentes (1.Comissão de Finanças e
113 Orçamento; 2.Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantias de
114 Direitos; 3.Comissão de Relações Inter-Institucionais; 4.Comissão de Inscrição e
115 5.Comissão Permanente para Discussão da Situação da Política de Atenção à Pessoa
116 em Situação de Rua no Município de São Vicente) e três comissões temporárias
117 (1.Comissão Temporária de Análise do Regimento Interno do Conselho Municipal de
118 Assistência Social de São Vicente; 2.Comissão Temporária do Processo de Conferência
119 da Assistência Social e 3.Comissão Temporária do Processo Eleitoral da
120 Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023). Sendo assim,
121 inicia-se a chamada nominal, Sr. Felipe Galvão presidente e representante da SEAS
122 (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de relações Inter-Institucionais);
123 Glaucia representante da SEAS (Comissão de Políticas Públicas e Comissão de
124 Inscrição); Sr. Bruno Pierre representante da SEAS (Comissão de Finanças e
125 Orçamento); Sra. Tathiane representante da SEDUC (Comissão de Inscrição); Sra.
126 Eliene representante da SEHAB (Comissão de Relações Inter-Institucionais) ; Sra.
127 Andrea Menezes representante da SEHAB (Comissão de Relações Inter-Institucionais);
128 Sr. Kléber vice presidente e representante da sociedade civil pela organização social
129 ADESAF (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Políticas Públicas); Sra.
130 Márcia representante da sociedade civil pela organização social CAMP Rio Branco
131 (Comissão de Políticas Públicas); Sr. Paulo representante da Secretaria de Comércio
132 (Comissão de Políticas Públicas); Sr. João Carlos representante da sociedade civil pela
133 organização social Camará (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão
134 Permanente para Discussão da Situação da Política de Atenção à Pessoa em Situação
135 de Rua); Sra. Lucia Lela representante da sociedade civil pela organização social APAE
136 (Comissão de Finanças e Orçamento); Sra. Lilian representante da sociedade civil no
137 segmento dos trabalhadores do SUAS (Comissão de Inscrição e Comissão Temporária
138 do Processo de Conferência da Assistência Social e Comissão Temporária do Processo
139 Eleitoral da Representação da Sociedade Civil no CMAS/SV (gestão 2021/2023); Sra.
140 Suzana representante da sociedade civil no segmento dos trabalhadores do SUAS

141 (Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão Temporária do Processo de
142 Conferência da Assistência Social); Sra. Ordália representante da sociedade civil no
143 segmento dos trabalhadores do SUAS, antes de manifestar qual comissão irá participar
144 pergunta se a comissão do Programa Bolsa Família não existe mais? O presidente
145 explica que essa comissão foi insituída durante um período e não foi regimentada como
146 uma comissão permanente deste conselho, mesmo assim reconhece a importância e
147 sugere que na próxima pauta seja colocado para a discussão duas comissões, a de
148 gestão do Programa Bolsa Família e dos Benefícios Eventuais, em seguida Sra. Ordália
149 manifesta seu desejo de participar da Comissão de Políticas Públicas. Os demais
150 conselheiros que não estão presentes na reunião receberão novamente um e-mail para
151 a manifestação referente à participação nas comissões.

152 Seguindo para o quarto item da pauta que trata sobre a apresentação à plenária
153 da documentação relacionada à execução do Serviço “Atendimento socioassistencial
154 de 300 (trezentos) adolescentes e adultos, usuários do SUAS, acompanhados pelo
155 Programa de Medidas Socioeducativas, PETI e PAEFI”, pela OSC Alfa e Ômega; o
156 presidente explica que foi efetuados alguns questionamentos à SEAS, sendo recebido
157 na manhã deste dia um ofício com a resposta, porém não foram contempladas todas as
158 informações solicitadas. Contudo, a sugestão é que a documentação apresentada pela
159 secretaria seja encaminhada à Comissão de Políticas Públicas para a análise, ficando
160 estabelecida a apresentação da avaliação para a próxima reunião ordinária ou uma
161 reunião extraordinária. O presidente sugere que seja marcada uma reunião
162 extraordinária para tratar deste assunto, uma vez que a reunião ordinária de julho
163 preferencialmente se debruçará na organização da Conferência Municipal de
164 Assistência Social. O vice presidente coloca que a discussão sobre o atendimento e o
165 termo de convênio celebrado com a organização Alfa e Ômega já vem sendo discutida
166 não só no CMAS mas em outros conselhos e, em virtude disso o CMAS solicitou à SEAS
167 que encaminhasse todos os documentos referentes ao convênio, tendo a resposta
168 chegado na data de hoje, ultrapassando o prazo estabelecido que foi no dia dezessete
169 de maio; sendo que a resposta foi de que a secretaria solicitou à organização o
170 encaminhamento da documentação. Entretanto, os documentos encaminhados pela
171 SEAS ao CMAS não estão completos. O presidente informa que em diálogo com a chefe
172 de gabinete da SEAS Sra. Janaina recebeu a informação de que o restante dos
173 documentos já estão na secretaria e serão devidamente encaminhados ao CMAS. O
174 vice presidente propõe a data de 23/06/21 para a realização da reunião extraordinária
175 para tratar deste assunto, a plenária concorda, sendo encaminhada posteriormente
176 convocação por e-mail aos conselheiros.

177 No quinto item da pauta temos as deliberações das alterações do Regimento
178 Interno, o vice presidente explica que conforme minuta encaminhada por e-mail aos
179 conselheiros conforme a finalização da análise da comissão responsável, o qual traz
180 pequenas alterações, mais especificamente na parte onde trata da participação dos
181 representantes do governo, fato que acaba prejudicando nas deliberações por conta
182 questão da paridade. Algumas questões de nomenclatura também foram alteradas, por
183 exemplo a comissão de certificação agora fica nomeada como comissão de inscrição,
184 atendendo a orientação do CNAS, entre outros termos. Cabe ressaltar que todas as
185 alterações estão destacadas no texto na cor amarela para facilitar a identificação por
186 parte dos conselheiros. O vice presidente abre aos conselheiros para as manifestações.
187 Sra. Hanna, representante da Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher faz um
188 questionamento referente ao capítulo V, na parte onde fala sobre a vacância de cargo

189 de conselheiro titular foi acrescentando um parágrafo segundo onde diz **“Nos casos de**
190 **vacância do conselheiro titular em que o suplente não puder substituí-lo e/ou não**
191 **houver suplente substituto, a Plenária poderá deliberar e publicar resolução**
192 **normativa com processo de eleição simplificado para que a vaga seja ocupada.”** ;
193 solicita esclarecimentos em relação as problemáticas encontradas pela comissão para
194 que se chegasse a essa conclusão, bem como deseja saber como será definida essa
195 eleição e quais os critérios serão considerados para essa decisão? O vice presidente
196 explica que a alteração se deu em virtude de casos vivenciados na prática no conselho,
197 por exemplo, atualmente existem vacância nas vagas de usuários, questão que
198 contribuiu para a alteração nesta parte do regimento interno; já no que se refere ao
199 processo de eleição, seria como o processo habitual de eleição para a sociedade civil,
200 onde seria formada uma comissão para determinar quais são os critérios para participar
201 da eleição, quem são as pessoas que podem participar, quais são as vagas onde
202 existem vacâncias; ou a plenária também pode deliberar sobre a seleção de alguém
203 para a vaga. Sra. Hanna questiona se todas as vacâncias são referentes as vagas de
204 usuários? O vice presidente explica que atualmente pela sociedade civil a vacância
205 existe nas vagas de usuários, sendo dois usuários que não estão participando; existem
206 também vacâncias nas representações governamentais, porém estas dependem das
207 indicações do prefeito ou das secretarias. Sra. Hanna contrapõe colocando que sendo
208 representação do governo ou sociedade civil para que caracterize a ausência existem
209 alguns critérios relacionados a quantidade de faltas sem justificativa, etc. O vice
210 presidente confirma e explica que essa informação já está contemplada no próprio
211 regimento interno. Sra. Glaucia apresenta uma dúvida referente a este mesmo item,
212 questiona se em cada reunião serão eleitos conselheiros para deliberar sobre assuntos
213 específicos? Coloca que se for esse o caso existe uma contradição com o sentido do
214 conselho que seria um grupo de pessoas escolhidas para tratar sobre a política de
215 assistência social no município. Sr. Marlon explica que não se trata disso e sim para os
216 casos em que os conselheiros declinam da sua participação ou são retirados por algum
217 motivo e as existem as vacâncias, que possam ser eleitos novos conselheiros para
218 ocupar essas vagas até o final da gestão atual, sem precisar esperar até o fim do
219 mandato para novas eleições. Sra. Hanna comenta que este item poderia ser
220 reformulado a fim de deixar mais clara a informação; aproveita e pergunta se o conselho
221 sabe os motivos pelos quais os usuários deixaram de participar das reuniões? Se foi em
222 virtude de algum obstáculo em que o próprio conselho poderia auxiliar? O vice
223 presidente explica que na verdade no momento da eleição já não foi possível ocupar
224 todas as vagas destinadas aos usuários pela ausência de candidatos, e posteriormente
225 um dos usuário justificou sua saída da vaga pois estava se vinculando a gestão
226 municipal e a outra usuária foi realizado o contato e a mesma afirmou que não desejava
227 mais participar do conselho. O presidente coloca que a questão é mais ampla quando
228 analisamos que uma grande parte dos usuários atendidos desconhece a existência do
229 conselho e sua função, e isso está diretamente ligado ao trabalho técnico de informação
230 e conscientização dentro dos serviços. Inclusive o presidente recorda que em uma
231 conferência em que uma pessoa em situação e rua foi eleito delegado e a dificuldade
232 que se tem para que isso se mantenha, tendo em vista que essa população é muito
233 variável. Sr. João explica que quando o Camará realizava o trabalho de abordagem
234 social a população em situação de rua, a equipe conheceu o João Roberto que no
235 primeiro momento em decorrência de algumas pendências não revelava seu nome e
236 sim seu apelido “Boi”, e que a equipe pode conhece-lo melhor e informá-lo sobre o

237 espaço do conselho e a importância de sua participação dentro deste. Ressalta que a
238 pergunta da Sra. Hanna é muito importante, pois quando nos perguntamos quais são
239 as dificuldades para a participação, entendemos que só conseguimos conhecer a
240 realidade dos usuários através do acompanhamento; explica ainda que o trabalho
241 educativo com os usuários era possível através das assembleias realizadas pelo
242 Camará, onde era trabalhada a importância da participação nos espaços e as
243 possibilidades de participação. Sr. João complementa ainda que no momento que
244 estamos próximos a uma conferência municipal seria um tema interessante para ser
245 trabalhado “Como a conferência pode tratar sobre a existência e o funcionamento de
246 um conselho municipal de políticas públicas”, especialmente neste conselhos que são
247 paritários e acabam demandando maior participação dos usuários; que condições
248 podemos possibilitar aos usuários para garantir a participação nestes espaços, além de
249 possibilitar os espaços de diálogo e reflexão, quais condições objetivas podemos ofertar.
250 Sra. Hanna concorda e coloca que é necessário democratizar a participação nestes
251 espaços dos conselhos, para que não ocorram frequentes vacâncias e
252 conseqüentemente novas eleições. O presidente coloca também que um fator que pode
253 estar contribuindo para essa ausência é a suspensão das reuniões de território, pois
254 nestes espaços era possível trabalhar com os usuários. Entretanto, é um desafio
255 retomar este trabalho dentro de uma realidade de pandemia onde há três semanas o
256 município está com uma ocupação de 100% dos leitos de UTI para pacientes com
257 Covid-19? Sra. Vanessa Sá, diretora da proteção social de alta complexidade, coloca
258 que a pandemia realmente dificultou muito a participação dos usuários, a questão das
259 reuniões online são complicadas, pois alguns usuários não tem aparelho celular, quando
260 tem não possuem acesso à internet, por isso se faz necessário pensar estratégias para
261 propiciar a participação, algumas vezes a questão do horário atrapalha, mesmo
262 ocorrendo de forma presencial, no período vespertino muitos usuários estão
263 trabalhando, podendo participar apenas no período noturno. O presidente cita o exemplo
264 do Centro Pop, onde atualmente encontra-se na coordenação, explica que algumas
265 reuniões tem utilizado um projetor para que os usuários possam participar, inclusive já
266 havia organizado o material para esta reunião; no entanto, a internet no serviço está
267 funcionando apenas em uma única sala, impossibilitando assim a participação dos
268 usuários. Sra. Hanna coloca que compreende a preocupação do conselho em relação
269 a garantir a participação dos usuários, porém essa informação não fica clara no texto da
270 resolução, pergunta se haverá um outro momento para a discussão dos pontos ou se a
271 comissão pode receber algumas propostas de texto por e-mail? Sr. João explica que o
272 trâmite de acesso dos usuários ao conselho passa por um processo de eleição que está
273 previsto em lei, não é no regimento que está posto como deve ser a composição do
274 conselho e sim na lei é que está descrito isso, pois uma vez que se respeita os
275 procedimentos que estão na lei você realiza a composição do conselho com a
276 quantidade de correta de representações tanto do poder público como da sociedade
277 civil. A questão que está que precisa ser solucionada é quando existe a vacância é
278 acionado o suplente, porém quando não existe o suplente como se resolve essa
279 situação. Sra. Tathiane, representante da SEDUC coloca que a situação se assemelha
280 a sua, inclusive havia questionado isso ao administrativo do conselho pois não havia
281 sido informada quanto sua participação no conselho e, diante da saída do titular,
282 automaticamente foi acionada como suplente. Sr. João esclarece que as
283 representações governamentais são mais fáceis e serem repostas, uma vez que só
284 dependem da indicação das secretarias ou do prefeito, já no caso da sociedade civil é

285 necessária uma eleição para repor essas vagas. A proposta de alteração no regimento
286 vem para tentar facilitar esse processo de eleição caso ocorra alguma vacância nas
287 vagas da sociedade civil. Sra. Hanna pergunta como se daria esse processo de eleição
288 simplificado? Sr. João explica que justamente esse processo teria que ser construído
289 em conjunto com a plenária, mas o que se entende como proposta no documento seria
290 a realização de uma eleição simplificada apenas para ocupar a vacância existente,
291 sendo muito mais fácil do que abrir todo um processo eleitoral convencional. O vice
292 presidente confirma que a proposta é que a plenária possa deliberar sobre a ocupação
293 da vaga. Sra. Glaucia coloca que existe uma preocupação com essa questão,
294 primeiramente porque a nossa atenção tem que ser em manter as pessoas participando
295 do conselho e também por conta de ser uma alteração na lei e isso pode influenciar na
296 questão da eleição, teria que verificar se juridicamente isto pode ser feito, até pelo fato
297 de que o regimento não pode se sobrepor a lei de criação do conselho. Diante do
298 exposto o vice presidente em posse da lei de criação do conselho, realiza a leitura do
299 quarto parágrafo onde diz “ O regimento interno do CMAS definirá as hipóteses de perda
300 do mandato ou substituição de seus membros”; portanto, o instrumento que irá definir
301 essas situações é o regimento interno, e por isso a proposta no texto de colocar esses
302 critérios tanto de destituição como de recondução. Sr. João coloca que de encontro à
303 fala da Sra. Hanna, talvez seja necessário detalhar mais como se dará esse processo
304 de suprimento de vacância. O vice presidente coloca ainda que diante da experiência
305 vivenciada nas últimas eleições dos representantes da sociedade civil, é criada uma
306 comissão que organiza o processo eleitoral e nesse caso o procedimento seria o
307 mesmo. Sra. Glaucia sugere que então o texto poderia ser modificado sendo incluída a
308 informação de que pode ser realizada eleição a qualquer tempo para o preenchimento
309 das vacâncias por segmento objetivando não prejudicar a paridade. O vice presidente
310 então sugere a seguinte alteração no texto “Nos casos de vacância do conselheiro titular
311 e o suplente não puder substituí-lo e/ou não houver suplente substituto, a plenária pode
312 deliberar pela abertura de um novo processo eleitoral para o suprimento da vaga do
313 segmento”. Sra. Hanna pergunta se após as alterações na redação do texto da minuta
314 ela será encaminhada novamente? O vice presidente coloca que para esta reunião a
315 programação seria para deliberar quanto a aprovação da minuta. O presidente então
316 sugere que as contribuições para alteração no texto da minuta sejam encaminhadas por
317 e-mail até o dia 20/06 para que o texto final possa ser apresentado e aprovado na
318 reunião extraordinária do dia 23/06. Sra. Alessandra como membro da comissão
319 responsável pela análise do regimento interno ressalta que desde 2019 já existe a
320 proposta de alteração no documento, porém nunca houve nas reuniões quórum para tal
321 deliberação, coloca que é importante proporcionar o espaço para o debate. Sr. Bruno
322 Rodrigues, representante do SINDSERVSV coloca se não seria possível haver uma
323 forma para que os usuários ou representantes das entidades que já participam do
324 conselho possam ocupar essas vagas com vacância, de forma a desburocratizar o
325 processo, evitando assim durante um processo eleitoral convencional o surgimento de
326 pessoas ou entidades que tenham algum interesse de cunho político e que mesmo sem
327 nunca terem participado do conselho, acabarem sendo escolhidas para ocuparem essas
328 vagas. Inclusive relembra o caso do Sr. Jeferson, usuário que participava ativamente do
329 conselho, porém como não havia sido eleito, permaneceu como suplente e, em
330 deliberação da plenária foi definida sua participação como conselheiro titular no
331 segmento de usuários. Sr. Bruno Rodrigues coloca também outra questão que precisa
332 ser vista diante da possibilidade de novas eleições que é a possibilidade de participação

333 por parte das entidades dentro do limite de tempo da lei, por exemplo, em alguns casos
334 pelo fato da entidade ter participado do conselho em duas gestões consecutivas, no
335 caso de uma nova eleição esta entidade não poderia participar pois conforme a lei ela
336 teria que se afastar das atividades do conselho antes de poder concorrer novamente. O
337 vice presidente explica que no artigo 6º da lei diz que “o mandato dos conselheiros tem
338 duração pelo período de dois anos podendo haver reeleições”, porém não coloca tempo
339 limite. Aberto a plenária para a manifestação sobre a inclusão do item do regimento
340 interno na pauta da reunião extraordinária do dia 23/06, a plenária está de acordo,
341 ficando estabelecida resolução deste item.

342 No sexto item da pauta temos a apresentação da Comissão Organizadora da
343 XIV Conferência Municipal de Assistência Social, onde o presidente inicia pontuando as
344 questões que ainda se encontram pendentes em relação a conferência, por exemplo, o
345 conselho está aguardando a publicação da convocação no site da prefeitura, inclusive
346 dirige o questionamento sobre a publicação ao Sr. Alexei, representante da secretaria
347 de planejamento. O presidente explica que a publicação oficial é muito importante, pois
348 a partir dela que se faz possível a realização dos pedidos de insumos e materiais para
349 o evento. Sr. Alexei informa que em breve o decreto para a convocação da conferência
350 será publicado em breve, o documento já se encontra nas mãos do prefeito para a
351 assinatura. O vice presidente sugere que a comissão já possa adiantar os instrumentais
352 e o cronograma das atividades.

353 Em continuidade da pauta, no sétimo item temos a apresentação da comissão
354 de inscrição, onde inicia a Sra. Alessandra, integrante da comissão, inicia lembrando
355 a todas as entidades que o prazo de revalidação das inscrições foi prorrogado pelo
356 Conselho Nacional de Assistência Social até o dia 31/12/21 em virtude da pandemia.
357 Todavia, a comissão realizará a apresentação das entidades que encaminharam a
358 documentação até o dia 30/04/21 e estavam em análise. Iniciando pelas entidades em
359 situação de revalidação, temos a Alfa e Ômega que entregou sua documentação no
360 mês de abril, porém diante de tudo que já foi discutido permanece em análise; a
361 AMADEF também entregou a documentação no mês de abril, porém como surgiram
362 algumas questões, a comissão deliberou acerca da realização de uma visita técnica,
363 permanecendo em análise até a conclusão do parecer. Ainda nas revalidações temos o
364 CAMPSV (serviço ofertado – ações de promoção e integração ao mundo do trabalho),
365 o qual entregou a documentação em abril, foi realizada a análise e a sugestão da
366 comissão é para o DEFERIMENTO da inscrição; a APAE (serviços ofertados –
367 Acolhimento Insitucional / Residência Inclusiva (alta complexidade) e Serviço de
368 Proteção Social para Pessoas com Deficiência (média complexidade), entregue a
369 documentação em abril, realizada a análise e a sugestão da comissão é pelo
370 DEFERIMENTO da inscrição; a NUMEC (serviço ofertado – Serviço de Convivência e
371 Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes (proteção básica), entregue
372 a documentação em abril, em virtude de alguns questionamentos foi realizada uma
373 reunião com a técnica responsável para os esclarecimentos e a comissão sugere o
374 DEFERIMENTO da inscrição; e por ultimo o Camará, a documentação entregue chegou
375 para a comissão na última semana, não havendo tempo hábil para a avaliação
376 permanecendo em análise. Sr. João solicita a palavra e deixa registrado que entregou
377 a documentação impressa na SEAS no dia 16/04/21 mediante protocolo de
378 recebimento, e a entidade recebeu a informação na semana passada de que não
379 haviam entregue a documentação. Portanto, refere que a entidade apresentou o
380 protocolo contendo toda a relação de documentos entregues para os devidos

381 esclarecimentos. Com a informação de que a comissão já recebeu os documentos,
382 entende-se que o problema foi resolvido. Sra. Alessandra esclarece que desde o ano
383 passado em virtude da pandemia foi adotado o protocolo do envio dos documentos
384 digitalizados, sendo reforçada essa conduta novamente este ano; esclarece que a
385 comissão não tinha conhecimento do ocorrido em relação a entrega dos documentos da
386 entidade. Sr. Marlon, administrativo do conselho esclarece que no dia 05/04/21 foi
387 encaminhado através de e-mail para todas as entidades um comunicado geral referente
388 a entrega dos documentos digitalizados e, a documentação do Camará foi entregue na
389 secretaria e não no conselho. Sr. João explica que o motivo da entrega na SEAS foi
390 porque não tinha ninguém no conselho para receber a documentação, sendo orientado
391 a entregar para a funcionária Gil na secretaria. Sra. Alessandra segue com a
392 apresentação agora referente as solicitações de inscrição, iniciando com a entidade Flor
393 do México, deu entrada na documentação no mês de abril, porém a documentação não
394 veio completa, foi encaminhado um e-mail informando a ausência de alguns
395 documentos, a comissão não teve um retorno da entidade, ficando inconclusiva a
396 avaliação, portanto o processo foi arquivado; a Sociedade de Melhoramentos dos
397 Moradores do Distrito do Samaritá, a comissão iniciou a avaliação, um documento ficou
398 pendente, foi agendada uma reunião com os representantes da entidade, e um novo
399 documento foi entregue na última segunda dia 07/06, a comissão então tem um prazo
400 para avaliar esse novo documento, por isso permanece em análise. Sra. Vanessa
401 Gomes, assistente social da entidade Alfa e Ômega pergunta quais são as
402 considerações e se os documentos entregues não contemplaram as solicitações da
403 comissão para que possam estar respondendo, pois não tiveram uma devolutiva da
404 reunião com a comissão. Sra. Alessandra informa que a comissão recebeu a
405 documentação encaminhada após a reunião, porém algumas considerações que foram
406 feitas pela comissão não foram contempladas no segundo relatório de atividades, a
407 comissão permanece em discussão para conclusão do parecer e assim que for definido,
408 a entidade será informada oficialmente. Sra. Vanessa solicita a comissão que seja
409 encaminhado e-mail referente ao que não está em consonância para que a entidade
410 possa responder, questiona ainda se nenhum dos pedidos de inscrição foram
411 aprovados? A comissão esclarece diante do contexto relacionado a entidade, a análise
412 está sendo realizada de forma bastante cuidadosa e por isso ainda não houve nenhum
413 contato. Sra. Lilian, integrante da comissão reforça a questão da prorrogação do prazo
414 para revalidação das inscrições até dezembro, por isso mesmo que na apresentação
415 conste em análise, não haverá prejuízo para nenhuma entidade. Sra. Mary Hellen,
416 assistente social da VIP pergunta se a comissão recebeu o e-mail onde foi solicitada a
417 alteração em um dos documentos da entidade. Sra. Alessandra esclarece que a
418 comissão recebeu a documentação sim e o parecer da comissão é sugestão de
419 DEFERIMENTO para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para
420 Crianças e Adolescentes. Sra. Lilian informa que conforme manifestação na última
421 reunião ordinária por parte do Sr. Renato, representante da entidade
422 NACES/PROCURU sobre a ausência da entidade na apresentação da comissão, sendo
423 que nesta ocasião ele foi informado que a comissão ainda não havia recebido a
424 documentação para análise; reiterada a informação do não recebimento de documentos
425 da entidade pela comissão. Sr. Aldo, assistente social da entidade NACES/PROCURU
426 esclarece que diante da prorrogação do prazo de revalidação pelo CNAS, a entidade
427 está reformulando seu plano de ação e assim que concluir encaminhará para a análise.

428 Finalizando a pauta, no oitavo item referente aos assuntos gerais, o presidente
429 inicia parabenizando a entidade CAMP Rio Branco pela conquista do assento no
430 Conselho Estadual do FUNDEB. O vice presidente, explana sobre os três itens inclusos
431 que são: a) Utilização de Resolução Normativa para inscrição de entidades e
432 organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios
433 socioassistenciais: expedição de inscrição do CMDCA. Neste item os serviços que são
434 relacionados às crianças e adolescentes, o CMAS vai solicitar as entidades no prazo de
435 trinta dias o envio do registro no CMDCA, conforme consta na resolução normativa; b)
436 Informe da solicitação da SEAS de documentos da prorrogação do mandato. A
437 secretaria encaminhou um ofício ao conselho solicitando os documentos que
438 comprovem a prorrogação do mandato da atual gestão do conselho, o CMAS
439 encaminhou as atas, a resolução normativa e as publicações que constam no site da
440 prefeitura; o presidente explica que o questionamento veio por parte do município sobre
441 a validade da prorrogação do mandato; c) Chamamentos públicos da Assistência Social,
442 publicados no site da Prefeitura de São Vicente. Sr. Felipe enquanto representante da
443 SEAS explica que todo o processos estão publicados no site da prefeitura, são oito
444 objetos que fazem parte destes chamamentos e as entidades que desejam participar
445 podem obter todas as informações no site. Sra. Glaucia complementa colocando que
446 caso haja ainda alguma dúvida a secretaria pode responder por e-mail.

447 Sra. Glaucia solicita ao conselho que autorize junto a SEAS um pedido à DRADS
448 para atualização no sistema, para que possa ser informada a nova composição da
449 gestão da secretaria, conforme a apresentação que foi feita na última reunião ordinária.

450 Sra. Mirella, assistente social da Casa Crescer e Brilhar coloca uma dúvida
451 referente ao edital de chamamento nº 06/21 que trata sobre os serviços de acolhimento
452 para crianças e adolescentes da rede privada, inclusive encaminhou e-mail com
453 algumas dúvidas a comissão de avaliação para esclarecimentos, uma das dúvidas se
454 refere a parte onde trata sobre metas qualitativas do chamamento com sessenta
455 atendimentos? Outro item que gerou dúvida foi em relação ao termo vantajosidade e as
456 per-capitas e, também uma dúvida referente ao público alvo que está dentro do plano
457 de trabalho, quando fala sobre público direto e indireto não ficou claro. Sra. Glaucia vai
458 pedir a comissão para encaminhar a resposta com os esclarecimentos por e-mail. Sra.
459 Mirella também questiona sobre o PMAS e a ata do mês de dezembro/2020, a qual não
460 foi encaminhada para a Casa Crescer e Brilhar. O presidente informa que todas as atas
461 foram enviadas por e-mail aos conselheiros e também foram encaminhadas para
462 publicação no site da prefeitura.

463 Sra. Glaucia informa que no dia 12/06 é o dia nacional de combate ao trabalho
464 infantil e a SEAS em virtude da pandemia teve um prejuízo na elaboração das ações,
465 mas coloca que estão tentando articular alguma ação de sensibilização, respeitando
466 todos os protocolos de segurança sanitária. Todavia a secretaria está analisando a
467 situação delicada do município, por conta do alto índice de internações por Covid-19,
468 então assim que houver uma definição referente a realização de alguma ação, haverá
469 a divulgação no grupo do CMAS.

470 Finalizados os informes gerais e não havendo manifestação da plenária; o
471 presidente encerra a reunião.

472

Lilian Bezerra Fontes Silva Duarte

**ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO ORDINÁRIA 09 DE JUNHO DE 2021**

	Representatividade		Nomes	Frequência
	Governo	Titular	Secretaria de Assistência Social	Felipe da Silva Galvão
Titular		Secretaria de Assistência Social	Gláucia Mattos Marinho	Presente
Titular		Secretaria de Assistência Social	Bruno Pierre Pereira	Presente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Maria Aparecida Gomes	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Thiago Ferreira	Ausente
Suplente		Secretaria de Assistência Social	Leandro Valença	Ausente
Titular		Secretaria de Educação	José Valter dos Santos	Ausente
Suplente		Secretaria de Educação	Tathiane da Silva Santos	Presente
Titular		Secretaria de Saúde	Joana Cristina Lopes de Carvalho	Justificada
Suplente		Secretaria de Saúde	Gisele de Oliveira Palucci	Ausente
Titular		Secretaria de Cultura	Valéria Uchôa Beranger	Justificada
Suplente		Secretaria de Cultura	Elaine de Oliveira Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Habitação	Eliene Souza Silva	Presente
Suplente		Secretaria de Habitação	Regina Aparecida Dantas dos Santos	Ausente
Titular		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Antonio Homsy Cabral	Presente
Suplente		Secretaria de Desenv. Comér., Ind. e Assuntos Portuários	Andrea dos Santos	Ausente
Titular		Secretaria da Fazenda	Teresa da Silva Homem	Ausente
Suplente		Secretaria da Fazenda	Catherine Generoso Fernandez	Ausente
Sociedade Civil	Representatividade		Nomes	Frequência
	Titular	Entidade: Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias (Adesaf)	Kleber Dias	Presente
	Titular	Entidade: Centro de Aprendizagem e Motivação Profissional (CAMP Rio Branco)	Marcia Aparecida Pansarini Dias	Presente
	Titular	Entidade: Instituto Camará Calunga	João Carlos Guilhermino da Franca	Presente
	Suplente	Entidade: Lar de Atendimento de Meninos e Meninas (LAM)	Carla Regina de Oliveira Silva	Justificada
	Suplente	Entidade: Casa Crescer e Brilhar	Adonil Terixeira de Paula	Ausente
	Suplente	Entidade: Apae São Vicente	Lucia Lela Schissato	Presente
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Renata Chemalle Martins	Ausente
	Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Jefferson Brunhara Bueno	Ausente
Titular	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-	

	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Suplente	Usuário de serviços socioassistenciais	Vago	-
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Lilian Bezerra Fontes S. Duarte	Presente
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Suzana Yoshiko Sasaki	Presente
	Titular	Representação dos Trabalhadores	Ordália Akie Takeda Ysayama	Presente
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Sindicato de Servidores Públicos Mun. De SV	Presente
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Carolina Fernandes Andrade	Presente
	Suplente	Representação dos Trabalhadores	Vago	-
Participantes	Secretaria Executiva CMAS-SV		Nomes	Frequência
	Administrativo		Marlon Horta	Presente
	Técnico		Irene	Justificada
	Participantes / segmento de representação			
	Isabela Izar Melo (Projeto Bora Lá – NUMEC)			
	Cibele Marise Duarte Barbosa (formanda em Serviço Social)			
	Marcos Vinicius Batista de Souza (Alfa e Ômega)			
	Alessandra Serrão (Campsv)			
	Alexei Lutero Monteiro Gomes (Secretaria de Planejamento)			
	Andrea Menezes (vice-presidente Relações Institucionais da Executiva Nacional Microempreendedor Individual)			
	Tânia Mangolini (Instituto Camará)			
	Thaís Teixeira Carvalho (Lar de Amparo ao Idoso)			
	Mary Helen Larissa Almeida Santos (assistente social)			
	Aldo Ferraz (NACES PROCURU)			
Hanna Pereira (Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher)				
Kelly (Assistente Social do Lar Vicentino)				

**Convocação
Reunião Ordinária**

O Conselho-Diretor do **Conselho Municipal de Assistência Social de São Vicente (CMAS)**, em conformidade com o cronograma previsto na Resolução Normativa nº. 04/2021, convoca seus representantes e convida os demais interessados para **Reunião Ordinária** a ser realizada em **09 de junho de 2021**, às **14h00**, por meio da plataforma ZOOM, cujo *link* será encaminhado por e-mail, no dia da reunião.

Pauta:

1. Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Ordinárias de **abril** e **maio** de 2021;
2. Deliberação acerca da reprogramação FMAS (Ofício de 24/05/2021 – SEAS);
3. Atualização das comissões temáticas, em conformidade com o Regimento Interno do CMAS-SV, a saber:
 - a) Comissão de Finanças e Orçamento.
 - b) Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantias de Direitos.
 - c) Comissão de Relações Inter-Institucionais.
 - d) Comissão de Certificação.
4. Apresentação à Plenária da documentação relacionada à execução do Serviço “Atendimento socioassistencial de 300 (trezentos) adolescentes e adultos, usuários do SUAS, acompanhados pelo Programa de Medidas Socioeducativas, PETI e PAEFI”, pela OSC Alfa e Ômega;
5. Deliberação das alterações do Regimento Interno, cuja minuta foi apresentada pela Comissão Permanente de Análise do referido instrumento;
6. Comissão Organizadora da XIV Conferência Municipal de Assistência Social
7. Comissão de Inscrição: revalidações e novos pedidos de inscrição
8. Assuntos gerais e informes:
 - a) Utilização de Resolução Normativa para inscrição de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais: expedição de solicitação de CMDCA.
 - b) Informe da solicitação da SEAS de documentos da prorrogação do mandato.
 - c) Chamamentos públicos da Assistência Social, publicados no site da Prefeitura de São Vicente.

Certos de contarmos com vossa presença, agradecemos, antecipadamente.

São Vicente, 01 de junho de 2021.

Felipe Silva Galvão
Presidente do CMAS/SV